MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Recursos Humanos
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais
Coordenação de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas

NOTA TÉCNICA Nº 531 COGES/DENOP/SRH/MP

ASSUNTO: Adequação de remuneração

Referência: Processo nº 11.100.0000000000000000

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Consulta-nos a Coordenação Geral de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes a respeito do pedido formalizado pelo servidor [nome] no sentido da concessão dos trinta pontos da avaliação de desempenho individual para recebimento da Gratificação de Atividade em Infra-Estrutura - GDAIE, face a determinação judicial que resultou na alteração de sua classificação da posição 32ª para a 29ª posição e os efeitos financeiros decorrentes da aplicação da pontuação citada.
2. Informa a Coordenação Geral de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes em pronunciamento às fls 11 que cumpriu rigorosamente as orientações emanadas deste Ministério quanto à nomeação do Requerente, como classificado na 32ª posição.

ANÁLISE

3. O interessado foi aprovado em Concurso Público para o cargo de Analista de Infra-Estrutura, na especialidade Civil e Aquaviário, classificado na 32ª posição, após o indeferimento administrativo de seu pedido de revisão do resultado provisório da Avaliação de Títulos.
4. Buscou, então o interessado, por meio de Mandado de Segurança nº 2008.34.00.027028-6, com pedido de liminar, contra ato do Diretor Geral do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília e Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a recontagem dos pontos obtidos na análise dos títulos apresentados, entendendo ter direito a 05 (cinco) pontos, pontuação máxima permitida no Edital, e não somente aos 03 (três) que lhe foram atribuídos.

5. Na seqüência, foi deferida a liminar, nos seguintes termos, conforme documento de fls 66/68 do documento anexo ao presente processo:

“ Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 7º, inciso II, da Lei nº 1.533/51, defiro o pedido de liminar para determinar à autoridade coatora que confira ao impetrante, quanto ao quesito “experiência”, a pontuação no aporte de 05 (cinco) pontos, procedendo ao ajuste de classificação geral do candidato.”

6. Consta do volume anexo ao presente processo que por meio de Mandado de Notificação e Intimação, datado de 28 de agosto de 2008, o Diretor da 16ª Vara Federal da seção Judiciária do Distrito Federal, por ordem do MM. Juízo Federal, requisitou informações sobre as alegações constantes na ação de mandado de segurança, motivo pelo qual foi expedido o PARECER/CONJUR/MP/ICN/Nº 1195-7.1.1/2008 que opinou pela denegação da segurança buscada.

7. Consta, ainda, às fls 212 do volume anexo, manifestação do Ministério Público Federal-Procuradoria da República no Distrito Federal concluindo pela concessão da segurança, informando que de fato o Impetrante conta com mais de 18 anos de exercício profissional, fazendo jus, assim, à pontuação máxima prevista, qual seja, 5 (cinco) pontos

8. Por fim, na decisão de mérito, datado de 6 de fevereiro de 2009, o Juiz Federal da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal assim sentenciou:

“ Assim sendo, concedo a segurança para determinar à Autoridade Coatora que considere a data do registro no conselho de fiscalização do exercício da profissão o dia 06/01/1989, conforme Certidão de fls 47, atribuindo a pontuação correta de 5,00 (cinco) pontos, ajustando a nota total de classificação geral do candidato.”

9. Consta do processo cópia do Ofício nº 048/2009/SEGES/MP, datado de 14 de janeiro de 2009, no qual a Secretaria de Gestão deste Ministério encaminha relação complementar dos aprovados no concurso público para o cargo de Especialista em Infra-Estrutura, área civil e aquaviário, incluído o nome do interessado, com a Nota 61,61 e classificação 32.

10. Entretanto, conforme Ofício CESPE/CONJUR/FB/Nº 4283 – 7.1.1/2008, datado de 8 de setembro de 2008, fls 93, do documento anexo, o CESPE informa que em relação à liminar deferida, o candidato atingiria 63,61 pontos e a 29ª posição.

11. Seguindo-se à nomeação do candidato, houve a avaliação de desempenho individual conforme estabelecido na Lei nº 11.539, de 2007, Decreto nº 6.693, de 2008 e Portaria /MT nº 52/2009, homologadas pela Portaria/MT nº 610/2009, avaliação esta que se deu no período compreendido entre 15 de dezembro de 2008 a 28 de fevereiro de 2009. Saliente-se que esse ciclo avaliativo não teve eficácia financeira para o interessado, haja vista que ele não esteve no exercício do cargo durante o período exigido pela Lei nº 11.359, de 2007.

12. Destarte, tendo em vista que existem dúvidas acerca das medidas administrativas adotadas para que fosse cumprida a decisão judicial, em especial em razão do teor do Ofício nº

048/2009/SEGES/MP (fls 08), por meio do qual a Secretaria de Gestão aduziu que o interessado estava na classificação 32, o que, em princípio, contraria a informação constante do Ofício do CESPE citado no item 10 supra.

13. Portanto, entendemos salutar que seja previamente ouvida a Secretaria de Gestão para que preste os esclarecimentos necessários a elucidar a situação do candidato, hoje servidor, durante o concurso para o cargo de Especialista em Infra-Estrutura – civil e aquaviário, particularmente no que tange a sua classificação em face da decisão judicial supramencionada

CONCLUSÃO

14. Desta forma, proponho o encaminhamento do presente processo para manifestação da Secretaria de Gestão a respeito do item 12 e 13 desta Nota.

À consideração superior.

Brasília, 09 de Novembro de 2009.

EMERÍUDA BORGES SANTOS
Chefe de Divisão DIPCC/COGES/SRH/MP

De acordo. À consideração da Senhora Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais.

Brasília, 09 de Novembro de 2009.

VANESSA SILVA DE ALMEIDA
Coordenadora-Geral de Elaboração,
Sistematização e Aplicação das Normas

Aprovo.
Encaminhe-se SEGES/MP, conforme proposto.

Brasília, 09 de novembro de 2009.

DANIELE RUSSO BARBOSA FEIJÓ
Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais